



São Paulo, 21 a 23 de Julho de 2014

**Novas Perspectivas
na Pesquisa Contábil**

Determinantes da Transparência das Universidades Federais Brasileiras

IURY DA SILVA PESSÔA

Universidade Federal do Espírito Santo

JOSÉ ELIAS FERES DE ALMEIDA

Universidade Federal do Espírito Santo

Determinantes da Transparência das Universidades Federais Brasileiras

Resumo

Este estudo investiga determinantes que podem impactar o grau de transparência das universidades federais brasileiras. Para operacionalizar o estudo, foi elaborado um Índice de Divulgação (IndexDUF), baseado em quatro índices estabelecidos na literatura que também foram utilizados para fins de comparação e robustez dos resultados. Os índices foram coletados manualmente, entre abril e agosto de 2013, conforme informações disponibilizadas nos *websites* (portais eletrônicos) das 59 universidades federais brasileiras. Os resultados são apresentados em duas partes, a descritiva e a econométrica. A análise descritiva aponta que: i) o grau médio de transparência é de 66,3%; ii) informações relacionadas à extensão são mais divulgadas (85,8%) e à qualidade acadêmica ou administrativa menos divulgadas (41,7%); iii) universidades do Sul e Sudeste tendem a ser mais transparentes. A análise econométrica testou 15 hipóteses para verificar quais determinantes impactam o grau de transparência. Foram utilizadas 31 *proxies* para 15 determinantes sustentados pela literatura, resultando em oito modelos, os quais sugerem que os determinantes tamanho do corpo docente, qualidade da graduação, qualidade da pós-graduação, qualificação dos docentes e qualificação dos servidores são determinantes positivos da transparência e tamanho do corpo de servidores é determinante negativo da transparência. Os resultados confirmam as hipóteses H2 (universidades com mais docentes são mais transparentes), H8 (universidades com maior IGC são mais transparentes), H9 (universidades com melhor conceito Capes são mais transparentes), H11 (universidades com docentes mais qualificados são mais transparentes), H12 (universidades com servidores técnico-administrativos mais qualificados são mais transparentes). Adicionalmente, as evidências podem ser utilizadas por reitores e órgãos reguladores para o desenvolvimento de normas e políticas que estimulem a transparência e, também, pela sociedade como um instrumento de ampliação e monitoramento da transparência das universidades federais brasileiras.

1 Introdução

Transparência pública está associada à disponibilização e acesso à informação relevante, relacionada ao governo e suas instituições (COTTERRELL, 1999; FINEL, 1999; FLORINI, 1999; VISHWANATH & KAUFMAN, 2002; GERRING & THACKER, 2004; HOLZNER & HOLZNER, 2006), sendo um componente indispensável para democracia e bom governo (CURTIN & MEIJER, 2006; BAUHR & GRIMES, 2013) e um recurso para os cidadãos desenvolverem influência sobre a administração pública aprimorando a qualidade das decisões e políticas públicas (GRAU, 2006).

Stiglitz (1999, p. 2) afirma que o “sigilo dá ao governo controle exclusivo sobre certas áreas de conhecimento e, portanto, aumenta o poder do estado”. Segundo ele, para haver participação completa dos cidadãos nos processos democráticos, é preciso que haja cidadãos informados e, logo, transparência.

Para Pereira (2004), no Brasil tem-se demandado mais transparência pública e que, em resposta, os instrumentos de transparência já existentes na administração federal têm sido reforçados e outros têm sido criados, como o *site* Contas Públicas (1998), a Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), o Portal da Transparência Pública (2004), a Lei da Transparência (2009) e a Lei de Acesso à Informação (2011).

Nesse contexto estão as universidades federais, instituições públicas, componentes da estrutura da administração brasileira, obrigadas a prestar contas do uso de seus recursos e dar publicidade de seus atos (PLATT NETO *et al.*, 2004), além de suprir voluntariamente as demandas de informações de seus usuários por transparência.

Ressalta-se que os portais eletrônicos são veículos de comunicação adequados para a divulgação dessas informações (CASTELLS, 2001; RODRIGUEZ-POMEDA & MACHADO, 2006; ROSARIO *et al.*, 2011; GALLEGU *et al.*, 2011; CATOLICO, 2012), pois são amplamente usados, facilmente acessados e apresentam baixo custo quando comparados com outros veículos de comunicação (CURTIN & MEIJER, 2006).

Estudos anteriores (BANKS & NELSON, 1994; BANKS; FISHER & NELSON, 1997; RODRIGUEZ-POMEDA & MACHADO, 2006; GALLEGU; GARCÍA & RODRÍGUEZ, 2009; CATÓLICO, 2012) verificaram grau insuficiente de transparência em universidades ao redor do globo, além de divergirem em quais determinantes explicam a variação da transparência.

Assim, este estudo procura responder duas questões: **qual o grau de transparência de informações divulgadas nos portais das universidades federais brasileiras? E, quais determinantes (variáveis) permitem explicar o grau de transparência?**

Os índices que mensuram o grau de transparência, que serão apresentados no referencial teórico, foram aplicados às 59 universidades federais brasileiras no ano de 2013 e possuem entre 26 e 139 questões. Foram testadas 15 hipóteses para verificar quais dos 15 determinantes são relevantes para explicar a transparência naquelas universidades. Para tanto, foram utilizadas 31 *proxies* para os determinantes de transparência, as quais foram testadas utilizando-se regressões lineares múltiplas em oito modelos.

As evidências do estudo apontam que o grau de transparência, dependendo do índice, varia, em média, de 61,3% a 70,4%, todavia, os percentuais variam por universidade e índice. Os resultados das regressões indicam que os determinantes tamanho do corpo docente, qualidade da graduação, qualidade da pós-graduação, qualificação dos docentes e qualificação dos servidores são determinantes positivos da transparência e tamanho do corpo de servidores é determinante negativo da transparência. Os resultados confirmam as hipóteses H2 (universidades com mais docentes são mais transparentes), H8 (universidades com maior IGC são mais transparentes), H9 (universidades com melhor conceito Capes são mais transparentes), H11

(universidades com docentes mais qualificados são mais transparentes), H12 (universidades com servidores técnico-administrativos mais qualificados são mais transparentes).

2 Plataforma Teórica e Desenvolvimento das Hipóteses

Verrecchia (2001) afirma que “ainda não existe uma compreensível ou unificada teoria da evidenciação”. Segundo ele, “não existe um paradigma que dê origem a uma teoria central bem integrada”; logo, a revisão teórica analisará os conceitos relacionados à transparência pública, *accountability* e transparência.

2.1 *Accountability* e Transparência Pública

Segundo Perks (1993), a *accountability* é geralmente aceita como obrigação de prestação de contas, em que o agente tem de prestar contas de suas ações ao principal, munindo-o de informações para a tomada de decisões.

O'Donnell (1998) indica haver duas dimensões da *accountability*: a *accountability* vertical que é a prestação de contas ao cidadão e à sociedade permitindo que estes cobrem possíveis irregularidades por meio de eleições, reivindicações e mídia; e a *accountability* horizontal que é a existência de aparato estatal que supervisione e aplique sanções contra agências e agentes públicos, é a supervisão e responsabilização do estado pelo próprio estado.

Prado & Loureiro (2006, p. 360) afirmam que a *accountability* envolve três etapas: “1) informação correta e transparente aos cidadãos; 2) prestação de contas dos governantes e 3) sua responsabilização no sentido estrito, isto é, envolvendo a aplicação de recompensas aos governantes ou punições”.

Nesse contexto, a *accountability* e o acesso público às informações são essenciais para controlar o abuso de poder e, conseqüentemente a corrupção (COY, 2001). A transparência é um aspecto essencial da *accountability*.

Na literatura, o conceito de transparência pública é relativamente homogêneo apesar de haver variações entre os autores, conforme observamos na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Conceitos de Transparência

Autor	Conceito	O que é transparência?	Transparência de quê?	Relativa a quem?	Para quem?	Para quê?
Holzner & Holzner (2006)	“acesso aberto, público e/ou individual, a informações detidas e divulgadas pelos centros de autoridade”	acessibilidade e divulgação	informações	a centros de autoridade	público e/ou individual	-
Florini (1999)	“a divulgação de informações por parte das instituições que são relevantes para a avaliação dessas instituições”	divulgação	informações relevantes	a instituições	-	Avaliar
Gerring & Thacker (2004)	“disponibilidade e acessibilidade de informações relevantes sobre o funcionamento do sistema político”	acessibilidade e divulgação	informações relevantes	ao funcionamento do sistema político	-	-
Cotterrell (1999)	“disponibilidade de informações sobre assuntos de interesse público, a capacidade dos cidadãos de participar das decisões políticas, e a prestação de contas do governo com a opinião pública ou processos judiciais”	divulgação, prestação de contas	informações de interesse público	governo	cidadãos	capacitar para participar das decisões políticas

Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil

Finel & Lord (1999)	“estruturas legais, políticas e institucionais que tornam as informações sobre as características internas do governo e da sociedade à disposição dos atores, tanto dentro como fora do sistema político interno”	divulgação estruturas legais, políticas e institucionais que disponibilizam	informações sobre características internas	ao governo e à sociedade	atores, tanto dentro como fora do sistema político interno	-
Vishwanath & Kaufman (2002)	"fluxo de informações econômicas, sociais e políticas oportunas e confiáveis" "Transparência está relacionada a magnitude de informações on-line disponíveis em sites oficiais do governo"	fluxo de informações econômicas, sociais e políticas oportunas e confiáveis	informações econômicas, sociais e políticas oportunas e confiáveis	ao governo	-	-

Fonte: O autor.

Verifica-se então que a divulgação e acessibilidade da informação econômica, social e política são pontos críticos da transparência pública. Além disso, as informações devem ser relevantes, referir-se ao governo ou às suas instituições e permitir a avaliação dessas instituições, além ser direcionadas aos cidadãos para também participarem das decisões políticas (COTTERRELL, 1999; FLORINI, 1999; FINEL & LORD, 1999; VISHWANATH & KAUFMAN, 2002; GERRING & THACKER, 2004; HOLZNER & HOLZNER, 2006).

Logo, esta pesquisa assume que a disponibilização de informações relevantes pelo ente público é sinônimo de transparência pública e está intimamente ligado ao controle social (STIGLITZ, 1999; STIRTON & LODGE, 2001; GOULART, 2003; STRIEDER, 2004; CURTIN & MEIJER, 2006; ISLAM, 2006; HOLZNER & HOLZNER, 2006; GRAU, 2006; ROSÁRIO *et al.*, 2011).

2.2 Índices de Transparência

Quanto a mensurar o grau de transparência (divulgação), Hassan e Marston (2010, p. 32) afirmam que “não existe uma teoria geral da divulgação que guie a construção ou a avaliação dos índices de divulgação”. Para eles, o ideal é utilizar “teoria que incorpore o conceito que se pretende estudar”.

Eles afirmam ainda que o nível de transparência deve ser medido indiretamente a partir de variáveis ou características que sejam observáveis, e classificam tais formas de medir em duas abordagens, conforme Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 - Classificação das Pesquisas em Divulgação

Abordagem	Tipos de análise	Técnicas utilizadas
Investiga características da divulgação.	Qualidade da informação	Índice de transparência (divulgação) Estudos de análise de conteúdo Frequência de divulgação.
	Quantidade da informação	
Investiga variáveis que tenham relação com a divulgação.	Variáveis causais	Técnicas de regressão múltipla Análise fatorial Equações de modelagem estrutural
	Variáveis indicativas.	

Fonte: Adaptado de Hassan & Marston (2010, p. 32).

A primeira abordagem mede a divulgação a partir de características observáveis e analisa tanto a qualidade da informação quanto a quantidade de informação, para isso utilizam índices de divulgação, análise de conteúdo e frequência da divulgação, já a segunda busca explicar a divulgação com base em variáveis que têm relação com a mesma e utilizam técnicas estatísticas para tal.

Quanto aos índices de transparência, Hassan & Marston (2010, p. 18) os definem como “instrumento de pesquisa para medir a extensão da informação divulgada em um veículo es-

pecífico de acordo com uma lista de itens selecionados”. Segundo eles, CERF (1961) foi o primeiro a utilizá-los em 1961 e, desde então, é amplamente utilizado.

2.2.1 Trabalho de Dixon, Coy e Tower (1991)

Dixon *et al.* (1991) desenvolveram índice para medir o grau de divulgação de informações pelas universidades neozelandesas. Tal índice foi adaptado por Banks & Nelson (1994) para universidades canadenses, por Banks, Fisher e Nelson (1997) para universidades do Reino Unido e por Lima (2009) para instituições de ensino superior filantrópicas no Brasil.

O índice de Dixon *et al.* (1991) incluía 26 itens distribuídos em quatro grupos: (i) visão geral, (ii) desempenho dos serviços, (iii) desempenho financeiro e (iv) situação física e financeira. Posteriormente, Dixon *et al.* (1993).

2.2.2 Trabalho de Rosário *et al.* (2011)

ROSÁRIO *et al.* (2011) desenvolveram índice de divulgação para análise dos *websites* das cem maiores universidades do mundo. Tal índice é composto por 71 itens agrupados em quatro aspectos de análise (E-Informação, E-Serviços, E-Participação e Navegabilidade, desenho e acessibilidade). Os autores também utilizaram sete variáveis explicativas do grau de divulgação, conforme Tabela 3 a seguir:

Tabela 3 - Variáveis Explicativas do Modelo de Rosário *et al.* (2011)

Variável	Medida (<i>Proxy</i>)	Relação esperada	Relação testada
Reputação	N.º de anos desde sua constituição	Positiva	Negativa
Tamanho	N.º de alunos	Positiva	Positiva
Qualidade da educação	N.º de alunos ganhadores de prêmios	Positiva	Não sig.
Qualidade da investigação	N.º de empregados ganhadores de prêmios	Positiva	Não sig.
Rendimento acadêmico	N.º de artigos indexados	Positiva	Não sig.
Localização	Segundo o continente	-	Não sig.
Caráter público ou privado	Segundo seja pública ou privada	-	Positiva

Fonte: Adaptado de Rosário *et al.*, 2011.

O modelo de ROSÁRIO *et al.* (2011) apresentou R² ajustado com poder explicativo de 38%.

2.2.3 Trabalho de Católico (2011)

Católico (2011) também desenvolveu índice para analisar os *websites* das universidades públicas colombianas. O índice é não ponderado e não graduado, com variáveis binárias e composto por 56 itens divididos em sete grupos.

O autor também utilizou dez variáveis preditivas para o grau de divulgação, das quais sete apresentaram relação estatisticamente significativa, conforme Tabela 4 que segue:

Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil

Tabela 4 - Fatores Explicativos do Modelo de Católico (2011)

Variável	Proxy	Resultado dos testes
Tamanho	N.º de estudantes	Relação positiva
Tamanho	Entradas operacionais	Não sig.
Tamanho	Infraestrutura	Não sig.
Tamanho	N.º de docentes	Relação negativa
Antiguidade, Reputação	Anos de existência	Relação positiva
Quantidade de cursos	Nº de curso de graduação e pós	Não sig.
Qualidade da gestão	Certificação de qualidade	Relação positiva
Qualidade da pesquisa	Nº de grupos de pesquisa reconhecidos	Relação negativa
Qualidade da pesquisa	Nº de revistas indexadas	Relação positiva
Financiamento público	Valor dos Repasses governamentais	Relação positiva

Fonte: Elaboração própria.

O modelo de Católico (2011) revelou R^2 ajustado igual a 60,9%, o que representa um modelo com maior poder explicativo.

2.3 Índice de Divulgação das Universidades Federais Brasileiras (IndexDUF)

Desse modo, os índices originalmente elaborados por Dixon, Coy & Tower (1993), Católico (2011) e Rosário *et al.* (2011) foram adaptados para compor novo índice aplicado às universidades federais brasileiras. Também foi considerada a legislação para identificar e acrescentar itens de divulgação obrigatória.

Assim, foi construído o Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF), que inclui os elementos dos três índices apresentados e itens da legislação. O índice resultante (IndexDUF) mantém inalteradas as características que permitam a comparação com os índices das pesquisas anteriores isoladamente.

O IndexDUF é composto de 139 itens, todos binários (1 = ocorre, 0 = não ocorre), não ponderados (todos os itens têm o mesmo peso) e não graduados (não se considera o nível de ocorrência), divididos em 11 categorias.

2.4 Determinantes da Transparência

Estudos anteriores na Inglaterra (GRAY & HASLAM, 1990; BANKS; FISHER & NELSON, 1997; ANGLUIN & SCAPENS, 2000), na Nova Zelândia (DIXON *et al.*, 1991, 1994; COY *et al.*, 1993, 1994) e no Canadá (BANKS & NELSON, 1994) analisaram a evolução do divulgação de informações de universidades utilizando índices de divulgação previamente construídos, contudo são raras pesquisas que buscam identificar fatores determinantes de transparência em universidades, a Tabela 5 apresenta estudos nesse sentido:

Tabela 5 - Determinantes de Transparência em Universidades

Pesqui- sa	Sujeito -Local- (amostra)	Determinantes testados	Proxy utilizada	Associa- ção
Católico (2012)	Universida- des Públicas -Colômbia- (Censo - 31)	Tamanho Antiguidade Qualidade da gestão Qualidade da pesquisa Qualidade da pesquisa Financiamento público	N.º de estudantes Anos de existência Certificação de qualidade Número de revistas indexadas Nº de grupos de pesquisa Repasses governamentais	Positiva Positiva Positiva Positiva Negativa Positiva

**Novas Perspectivas
na Pesquisa Contábil**

Gallego <i>et al.</i> (2009)	Universidades Públicas e Privadas -Espanha- (Censo - 70)	Tamanho Reputação Lucratividade Internacional Tipo de universidade Orientação p/ pesquisa Complexidade Variação no nº de estudantes Alavancagem Pública ou privada Governança	N.º de estudantes Anos de existência Lucro líquido Nº de estudantes estrangeiros Número de cursos técnicos Nº de teses/total de estudantes Número de faculdades Variação no n.º de estudantes Passivo/ativo Se pública ou se privada Tamanho dos órgãos de direção	Não Sig. Não Sig. Não Sig. Não Sig. Não Sig. Não Sig. Negativa Não Sig. Negativa Negativa Não Sig.
Rosario <i>et al.</i> (2011)	Universidades Públicas e Privadas -Mundo- (100)	Tamanho Antiguidade Pública ou privada Qualidade da pesquisa Rendimento acadêmico Localização	N.º de estudantes Anos de existência Se pública ou se privada Nº de prêmios de docentes Nº de artigos indexados Continente	Positiva Positiva Positiva Não Sig. Não Sig. Não Sig.
Gordon <i>et al.</i> (2002)	Instituições de Educação Superior Públicas e Privadas -Estados Unidos- (100)	Tamanho Alavancagem Pública ou privada Governança Localização Auditadas Dependência Mensalidade Doações Auditoria do Estado	Ativo Passivo/ativo Se pública ou se privada Tamanho dos órgãos de direção Estado Tamanho da empresa de auditoria Mensalidades e taxas/receitas Valor da mensalidade Valor de doações recebidas Binária	Positiva Negativa Positiva Negativa Negativa Não Sig. Positiva Positiva Não Sig. Positiva
Lima (2009)	IES Filantrópica -Brasil (Censo - 144)	Tamanho Alavancagem Localização Gratuidade Benefícios fiscais Subvenções	Ativo Passivo/ativo Região % de gratuidade/receita % de benefícios/receita Binária	Não Sig. Não Sig. Não Sig. Positiva Não Sig. Positiva

Fonte: Elaboração própria.

Os determinantes de transparência das universidades mais comuns são: tamanho (GORDON *et al.*, 2002; LIMA, 2009; GALLEGO *et al.*, 2009; ROSARIO *et al.*, 2011; CATÓLICO, 2012), antiguidade (GALLEGO *et al.*, 2009; ROSARIO *et al.*, 2011; CATÓLICO, 2012) e governança (GORDON *et al.*, 2002; GALLEGO *et al.*, 2009).

Considerando tais pesquisas, foram levantadas as variáveis Tamanho, Antiguidade, Financiamento Público, Localização, Governança, Qualidade acadêmica, Complexidade e, adicionalmente, Qualificação dos docentes e Qualificação dos servidores, Visibilidade da Graduação, Ociosidade da graduação e Sucesso da graduação, para serem testadas como determinantes do Grau de Transparência das universidades federais conforme as hipóteses a seguir:

H1: Quanto maior o número de alunos maior o grau de transparência.

H2: Quanto maior corpo docente maior o grau de transparência.

H3: Quanto maior corpo técnico-administrativo maior o grau de transparência.

H4: Universidades mais antigas possuem maior o grau de transparência.

H5: Quanto maior financiamento público maior o grau de transparência.

H6: A região onde é localizada a universidade interfere no grau de transparência.

H7: Universidades com maior quantidade de membros em seus conselhos superiores possuem menor o grau de transparência.

H8: Universidades com maior IGC possuem maior o grau de transparência.

H9: Quanto melhor conceito Capes maior o grau de transparência.

- H10: Quanto menor número de cursos maior o grau de transparência.
 H11: Quanto maior a qualificação docente maior o grau de transparência.
 H12: Quanto maior a qualificação de servidores maior o grau de transparência.
 H13: Quanto maior a visibilidade da graduação menor o grau de transparência.
 H14: Universidades com maior ociosidade possuem maior grau de transparência.
 H15: Quanto maior sucesso na graduação maior o grau de transparência.

3 Metodologia

A pesquisa é de natureza quali-quantitativa, com objetivo descritivo e explicativo (empírica analítica). A população é composta pelas 59 universidades federais brasileiras e todas foram pesquisadas (censo). A pesquisa foi dividida em 3 etapas: coleta, análise e resultados (conclusões), conforme Figura 1:

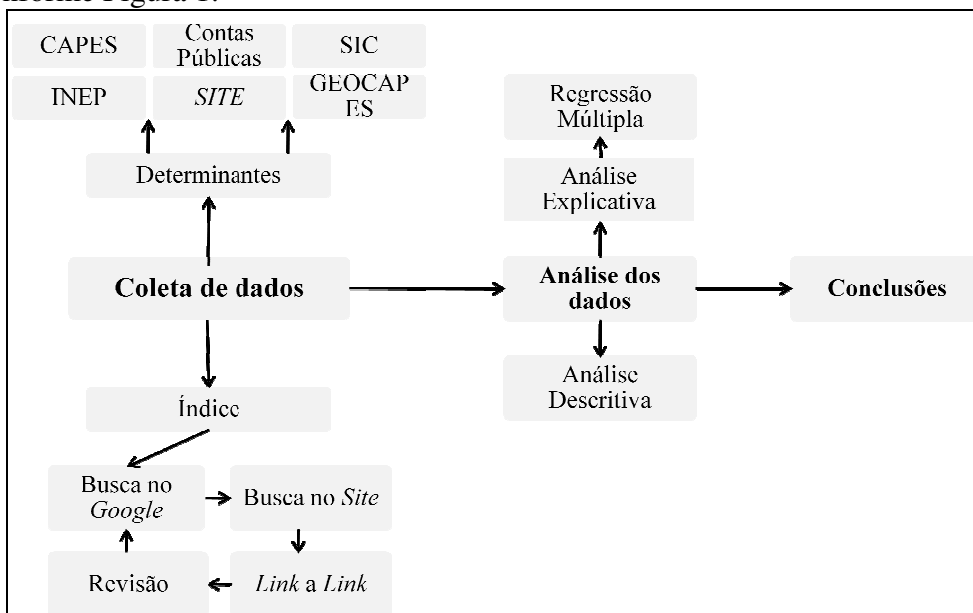


FIGURA 1 - Etapas da pesquisa

Fonte: Elaboração própria.

A coleta de dados para elaboração dos índices utilizou ferramenta de busca do *Google* em domínio usando palavras-chave oriundas do índice, onde cada item era visitado e verificado. Também foi utilizada a busca do próprio *website* da instituição para os itens não localizados na etapa anterior. Por fim, foi realizada busca *link a link* para os itens remanescentes. Ao final, revisou-se todos os itens e repetiu-se o processo em outra instituição até compor o índice.

Quanto à coleta de dados dos determinantes, utilizou-se de banco de dados da Capes, INEP, contas públicas e GEOCAPES, também foram utilizados o Sistema de Informações ao Cidadão (SIC) e o *website* da própria instituição como fonte para a coleta.

Após a coleta dos dados, calculou-se o IndexDUF, além dos demais índices (IndCAT, IndCoy, IndRos e IndObr), conforme equação a seguir:

$$Indices_{j,i} = \frac{\sum ItD_{j,i}}{q_j} \cdot 100$$

Em que:

Indices_{j,i} = Índice *j* da Universidade Federal *i*, no caso, alternativamente, IndexDUF, IndCAT, IndCoy, IndRos e IndObr;

ItD_{j,i} = Item de transparência da universidade *i* referente ao índice *j*.

q_j = Quantidade de itens do índice j , no caso, alternativamente, 139 para IndexDUF, 56 para IndCAT, 26 para IndCoy, 71 para IndRos e 30 para IndObr

Em seguida, os dados dos determinantes foram tabulados e normalizados.

3.1.1 Modelo Econométrico e Estimadores

O modelo utiliza regressão múltipla para testar as hipóteses e verificar o grau de explicação dos determinantes (variáveis independentes) conforme equação a seguir:

$$Indices_{j,i} = \alpha_0 + \sum \beta_{j,i} x_{j,i} + \sum \theta_i dummyreg_j + \varepsilon$$

Em que:

Indices_{j,i} = Índice j da universidade federal i , no caso, alternativamente, IndexDUF, IndCAT, IndCoy, IndRos e IndObr;

α_0 = Constante dos modelos;

$\beta_{j,i}$ = Coeficiente de regressão de cada variável independente;

$x_{j,i}$ = j -ésima variável independente (determinante) do modelo da universidade federal i ;

θ_i = Coeficiente de regressão das variáveis binárias para cada região do Brasil;

dummyreg_j = Variáveis binárias representando as regiões do Brasil.

ε = Erros aleatórios

Obs.: Para obter estimadores robustos aos efeitos da heterocedasticidade, utilizaram-se os procedimentos especificados por White (1980).

4 Análise dos Dados

O IndexDUF constatou um nível médio de divulgação de 66,3% entre as universidades federais, sendo que informações relacionadas à extensão são as mais divulgadas (85,9%) e as relacionadas à qualidade acadêmica ou administrativa as menos divulgadas (41,7%).

A Tabela 6, a seguir, apresenta os resultados dos índices bem como as comparações com pesquisas anteriores. Ressalta-se que as comparações são muito limitadas, pois as pesquisas foram realizadas em momentos e metodologias diferentes.

Tabela 6 – Comparações entre Índices e Países

	Índices				
	IndCoy	IndCat	IndRos	IndexDUF	IndObr
Brasil	61,30%	67,60%	70,40%	66,30%	63,30%
Pesquisas anteriores	100% (Nova Zelândia - 1994) 61,5% (Canadá - 1994) 43,6% (UK - 1997)	59,0% (Colômbia - 2012)	56% (Top100 - 2011)	-	-

Fonte: Elaboração própria.

A média de divulgação brasileira, segundo o IndCat, foi de 67,6%, enquanto na Colômbia foi de 59%. Já segundo o IndRos, a média de divulgação para as universidades “top 100” foi de 56,0%, enquanto a no Brasil foi de 70,1%. Também, a média pelo IndCoy foi de 61,3%, superior ao verificado no Brasil para as IESs Filantrópicas (17,7%) e ao verificado no Reino Unido (43,6%), mas inferior ao registrado no Canadá (61,5%) e Nova Zelândia (100%). Por fim, a divulgação de informações obrigatórias é de 63,3%.

A seguir, a Tabela 7 apresenta o grau de transparência medido por cada índice para todas as universidades federais brasileiras e ordenadas pela pontuação do IndexDUF:

Tabela 7 - Grau de Divulgação por Universidade

Univ.	Ind-Cat	In-dRos	Ind-Coy	In-dObr	Index DUF	Univ.	Ind-Cat	In-dRos	Ind-Coy	IndO-br	In-dex
-------	---------	---------	---------	---------	-----------	-------	---------	---------	---------	---------	--------

Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil

												DUF
UFCSPA	78,6	84,5	68,0	73,3	79,9	UFBA	69,6	69,0	68,0	60,0	66,9	
UFSM	78,6	80,3	92,0	73,3	79,9	UFFS	67,9	71,8	56,0	63,3	66,2	
UFABC	82,1	81,7	76,0	80,0	78,4	UFPB	67,9	67,6	72,0	63,3	66,2	
UNB	83,9	73,2	88,0	66,7	76,3	UFMT	69,6	69,0	72,0	60,0	66,2	
UFRGS	80,4	78,9	72,0	66,7	75,5	UNILA	64,3	70,4	68,0	70,0	65,5	
UNIPAMPA	69,6	78,9	84,0	73,3	74,8	UFPA	64,3	74,6	60,0	56,7	65,5	
UFLA	71,4	81,7	72,0	76,7	74,1	UNIVASF	66,1	70,4	64,0	46,7	64,7	
UFF	73,2	80,3	64,0	70,0	74,1	UFMS	58,9	71,8	76,0	60,0	64,7	
UFRB	76,8	76,1	60,0	73,3	73,4	UFT	60,7	70,4	52,0	66,7	64,0	
UFG	75,0	80,3	60,0	63,3	72,7	UFERSA	66,1	63,4	52,0	70,0	64,0	
UFMG	75,0	73,2	88,0	73,3	72,7	UNIRIO	62,5	70,4	60,0	56,7	63,3	
UFPE	78,6	73,2	80,0	66,7	72,7	UFRRJ	58,9	74,6	56,0	60,0	63,3	
UFAL	75,0	74,6	80,0	70,0	71,9	UFJF	64,3	60,6	56,0	66,7	62,6	
UFV	75,0	76,1	56,0	60,0	71,2	UFSJ	69,6	66,2	60,0	53,3	61,9	
FURG	75,0	76,1	76,0	70,0	71,2	UFOPA	58,9	70,4	48,0	56,7	61,9	
UNIFAL	69,6	76,1	76,0	66,7	71,2	UNILAB	57,1	63,4	60,0	70,0	61,2	
UFPEL	69,6	77,5	56,0	73,3	71,2	UFU	60,7	66,2	44,0	56,7	61,2	
UNIFESP	71,4	78,9	72,0	70,0	71,2	UFAM	60,7	67,6	56,0	56,7	61,2	
UFOP	75,0	67,6	72,0	73,3	70,5	UFES	5,4	2,8	8,0	0,0	61,2	
UFSCAR	76,8	73,2	56,0	60,0	70,5	UFMA	58,9	69,0	56,0	63,3	60,4	
UFVJM	69,6	74,6	56,0	70,0	70,5	UFRA	69,6	59,2	56,0	56,7	60,4	
UTFPR	73,2	69,0	72,0	66,7	69,8	UFGD	67,9	60,6	48,0	60,0	59,7	
UNIR	76,8	73,2	72,0	70,0	69,1	UFRPE	60,7	66,2	52,0	53,3	59,7	
UFRN	69,6	74,6	48,0	60,0	69,1	UFRJ	1,8	5,6	0,0	3,3	59,0	
UNIFEI	62,5	73,2	60,0	70,0	68,3	UFPI	57,1	60,6	56,0	60,0	58,3	
UFPR	75,0	69,0	68,0	70,0	68,3	UFAC	57,1	63,4	52,0	56,7	56,1	
UFSC	73,2	69,0	60,0	70,0	67,6	UNIFAP	57,1	54,9	48,0	50,0	51,1	
UFS	60,7	74,6	60,0	66,7	67,6	UFRR	50,0	46,5	20,0	40,0	43,9	
UFC	66,1	74,6	48,0	60,0	67,6	UFCG	42,9	29,6	12,0	33,3	33,8	
UFTM	71,4	74,6	56,0	66,7	67,6							

Fonte: Elaboração própria.

4.1 Análise Explicativa

No intuito de explicar a variação do IndexDUF e testar as hipóteses, 31 *proxies* foram utilizadas para determinar quais se ajustavam melhor ao modelo, e foram eliminadas aquelas que não atendessem aos critérios estatísticos de significância ($\alpha < 10\%$ e IC = 90%) ou apresentassem alta multicolinearidade (VIF>5,0), conforme Fávero *et al.* (2009). A Tabela 8 apresenta os determinantes, *proxies* e hipóteses testadas:

**Novas Perspectivas
na Pesquisa Contábil**

Tabela 8 - Determinantes, Proxies e Hipóteses

Determinantes	Código	Proxy	Hipótese
Tamanho	tagra	N.º de alunos da Graduação	H1
	tapos	N.º de alunos da Pós	H1
	tagep	N.º de alunos total	H1
	tadoc	N.º de docentes	H1
	taser	N.º de servidores	H1
	finpub	Valor em R\$ do orçamento total	H1
	ingres	N.º de ingressantes	H1
	vagas	N.º de vagas	H1
Antiguidade	Antigas	Ano de criação	H2
	antigas	N.º de anos desde a criação	H2
Qualif.dos servidores	quaser1	N.º de servidores com graduação, mba, md/doc	H3
	quaser2	N.º de servidores com mestrado ou doutorado	H3
	quaser	N.º de servidores com doutorado	H3
Qualif.dos professores	quadoc1	N.º de docentes mba, md, doc	H4
	quadoc	N.º de docentes com mestrado ou doutorado	H4
	quadoc3	N.º de docentes com doutorado	H4
Localização (Variável dicotômica)	sud	Universidade localizada na Região Sudeste	H5
	sul	Universidade localizada na Região Sul	H5
	nor	Universidade localizada na Região Norte	H5
	nord	Universidade localizada na Região Nordeste	H5
	cen	Universidade localizada na Região Centro-Oeste	H5
Governança	gov	N.º de componentes dos conselhos superiores	H6
Qualidade da graduação	quagr	Valor do Índice Geral de Cursos (IGC)	H7
Qualidade da pós	quapg	Valor médio conceito Capes	H8
Complexidade	com_pg	N.º de cursos da Pós	H9
	com_gr	N.º de cursos da Graduação	H9
	complx	N.º de cursos total	H9
Visibilidade	viscxv	Valor da relação Candidato/Vaga	H10
Ociosidade	ociosi	N.º de Ingressantes deduzido do n.º de vagas	H11
Sucesso	concl	N.º de formandos	H12
	suc_gr	N.º de formandos / n.º de ingressantes	H12

Fonte: Elaboração própria.

Após aplicação das regressões, nove *proxies* foram selecionadas para o modelo de regressão final. Outros quatro testes foram realizados para aperfeiçoar o modelo, alternando entre testes com e sem *Dummies* de Região. As *proxies* financiamento público e tamanho do corpo docente apresentaram alta colinearidade (VIF = 21.74 e 11.77, respectivamente) e a *proxy* Antiguidade não foi significativa (p -value=0,420), portanto, foram retiradas do modelo final.

Após, dois novos testes realizados, com e sem o controle por região verificou-se maior capacidade de explicação no primeiro teste (R^2 de 42,10%), conforme Tabela 9:

Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil

Tabela 9 - Modelos de Regressão Estimados

Determinantes	Variável dependente								Hipot.
	IndexDUF		IndexDUF		IndCat	IndCoy	IndRos	IndObr	
	Mod. 1	Mod. 2	Mod. 3	Mod. 4	Mod. 5	Mod. 6	Mod. 7	Mod. 8	
Finpub	-0,046 (0,053)	-0,043 (0,052)							(+)
antigas	0,019 (0,023)	0,019 (0,020)							(+)
Gov	-0,020 (0,014)	-0,021 (0,013)	-0,019 (0,014)	-0,020 (0,013)	-0,010 0,012	-0,042* (0,022)	-0,017 (0,016)	-0,027** (0,011)	-
Quaser	0,465 (0,293)	0,560** (0,279)	0,367 (0,247)	0,476* (0,269)	0,444* (0,260)	0,527 (0,481)	0,288 (0,297)	0,149 (0,306)	(+)
Tadoc	0,051* (0,028)	0,052* (0,028)	0,036* (0,019)	0,040** (0,017)	0,043** (0,016)	0,077** (0,032)	0,031 (0,020)	0,040** (0,017)	(+)
Taserv	-0,016 (0,029)	-0,021 (0,028)	-0,035* (0,018)	-0,040** (0,016)	-0,049*** (0,018)	-0,048 (0,032)	-0,021 (0,015)	0,045*** (0,017)	(+)
quadoc	0,353*** (0,124)	0,444*** (0,126)	0,256** (0,103)	0,359*** (0,105)	0,305*** (0,096)	0,444** (0,196)	0,403*** (0,116)	0,446*** (0,141)	(+)
Quapg	0,018** (0,008)	0,021** (0,009)	0,018*** (0,006)	0,021** (0,008)	0,026*** (0,008)	0,019* (0,011)	0,022** (0,009)	0,003 (0,007)	(+)
Quagr	0,010* (0,006)	0,013** (0,006)	0,010* (0,005)	0,014** (0,005)	0,019*** (0,006)	0,017** (0,008)	0,004 (0,004)	0,024*** (0,008)	(+)
dummies de região	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	
Cons.	0,305*** (0,112)	0,242** (0,114)	0,383*** (0,092)	0,316*** (0,094)	0,379*** (0,081)	0,187 (0,174)	0,327*** (0,105)	0,228* (0,124)	
Obs.	59	59	59	59	59	59	59	59	
Prob>F	0.000	0.000	0.001	0.000	0.000	0.002	0.006	0.000	
R²	0.450	0.401	0.421	0.370	0.375	0.295	0.279	0.365	
Média VIF	4.95	5.56	2.53	2.23	2.23	2.23	2.23	2.23	

Notas: Erro-padrão entre parênteses. Significância dos coeficientes: *** 1%; ** 5%; * 10%. finpub = Recursos destinados pelo gov. Federal; antigas = Idade da universidade; gov = número de conselheiros em cada universidade; quaser = Qualificação dos servidores; tadoc = quantidade de docentes; taserv = quantidade de servidores técnico-administrativos; quadoc = qualificação dos docentes; quapg = Conceito CAPES; quagr = IGC; Dummies de região = região em que a universidade se localiza.

Fonte: Elaboração própria.

As *proxies* relacionadas ao determinante tamanho (tadoc e taserv) foram significativas para explicar o índice de divulgação, sendo que a quantidade de docentes (tadoc) está positivamente relacionada com a divulgação de informações. Isso porque, quanto maior a quantidade de docentes, maior a quantidade de alunos (Pearson = 0,920, sig. = 0,000). Nesse caso, Católico (2012) argumenta que, frente a um maior número de alunos, são necessários canais de comunicação de massa que permitam maior acesso a informação e participação.

Já universidades com menor número de servidores tendem a divulgar mais informações, do que o contrário. Nesse caso, a lógica de Católico (2012), utilizada no caso dos professores, pode ser pensada para os servidores. Assim, universidades com menor número de servidores, “para desenvolver certos processos, encontram em seus sites uma alternativa para divulgar informação acadêmica e financeira”. Os portais e a automatização que estes proporcionam com os sistemas de gestão acadêmica, financeira, patrimonial permitem direcionar boa parte da demanda de atendimento das universidades para o autoatendimento naqueles portais, o que é uma solução para universidades com reduzidos quadros de servidores e explica a relação inversa entre divulgação e quantidade de servidores. Em outras palavras, pode ser um indicativo da redução de burocracia e de otimização de processos.

Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil

Também foi verificado que universidades com mais docentes mestres ou doutores tendem a divulgar mais informações (Correlação de Pearson de 0,401 com 0,002 de significância), o que se explica também pelo fato de que universidades com mais doutores e mestres tendem a divulgar mais informações relacionadas à qualificação de seus docentes nos portais.

A Qualidade da pós-graduação e a Qualidade da graduação também foram positivamente significantes para explicar a transparência, coerente com Católico (2012), logo, maior qualidade de seus programas de pós-graduação e cursos de graduação aumentam a transparência.

Ainda, universidades com servidores mais qualificados tendem a ser mais transparentes, principalmente quanto à divulgação de informações relacionadas às finanças, gestão e promoção de canais de contato com seus usuários (E-participação).

Portanto, quanto ao teste de hipóteses, considerando os modelos aplicados, pode-se dizer que estes confirmaram as hipóteses H2, H8, H9, H11, H12 e foram inconclusivos para as hipóteses H1, H3, H4, H5, H6, H7, H10, H13, H14 e H15, conforme ilustra a Tabela 10:

Tabela 10 – Resumo dos Resultados

Hipótese	Determinante	Proxy	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
H1	N.º de alunos da graduação	tagra	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada
H2	Tamanho do corpo docente	tadoc	Confirma	Confirma	Confirma	Confirma
H3	Tamanho do corpo técnico-administrativo	taserv	Rejeitada	Rejeitada	Rejeita	Rejeita
H4	Antiguidade	antigas	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada
H5	Recursos destinados pelo gov.Fed.	finpub	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada
H6	Localização	Dummies Região	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada
H7	Governança	gov	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada
H8	Qualidade da graduação	quagr	Confirma	Confirma	Confirma	Confirma
H9	Qualidade da pós	quapg	Confirma	Confirma	Confirma	Confirma
H10	Complexidade	complex	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada
H11	Qualificação dos professores	quadoc	Confirma	Confirma	Confirma	Confirma
H12	Qualificação dos servidores	quaser	Rejeitada	Confirma	Rejeitada	Confirma
H13	Visibilidade	viscxv	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada
H14	Ociosidade	ociosi	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada
H15	Sucesso	suc_gr	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada

Fonte: Elaboração própria.

Logo, os determinantes Tamanho, Qualificação dos servidores, Qualificação dos docentes, Qualidade da graduação e Qualidade da pós-graduação são estatisticamente significantes para explicar o grau de divulgação das informações pelas universidades federais brasileiras, considerando-se o IndexDUF.

5 Considerações finais

Este estudo investigou a transparência nas universidades federais brasileiras no que tange a mensuração do grau de divulgação de informações financeiras e não financeiras em seus portais e também identificou determinantes que fornecem incentivos para tal divulgação.

Foi elaborado o Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF) com base nos índices de Dixon, Coy e Tower (1993), Rosário et. al. (2011) e Católico (2011). O índice resultante incluiu os elementos dos três índices apresentados, considerando ainda os itens determinados obrigatoriamente pela legislação brasileira.

Verificou-se um grau médio de divulgação (66,32%) entre as universidades federais brasileiras. As informações relacionadas à extensão são as mais divulgadas (85,88%) e as relacionadas à qualidade acadêmica ou administrativa são as menos divulgadas entre as universidades federais (41,69%).

Também foram testadas 15 hipóteses para verificar quais determinantes (variáveis) são relevantes para explicar a transparência nas universidades federais. Para tanto, foram utilizadas 31 *proxies* para os determinantes de transparência, os quais foram testados utilizando-se regressão linear múltipla, em que foram estimados oito modelos utilizando a escolha intencional dos determinantes.

Considerando os modelos, os determinantes Tamanho do corpo docente (*tadoc*), Tamanho do corpo técnico-administrativo (*taserv*), Qualidade da graduação (*quagr*), Qualidade da pós-graduação (*quapg*) e Qualificação dos docentes (*quadoc*) são determinantes da transparência. Por outro lado, os resultados foram inconclusivos para as hipóteses H1, H3, H4, H5, H6, H7, H10, H13, H14 e H15, o que, ao mesmo tempo, demanda novos estudos considerando *proxies* alternativas.

Constatou-se que o nível de divulgação das universidades federais brasileiras é moderado (66,3%), logo, é necessário aumentar o grau de transparência das universidades, pois, conforme afirma Católico (2012), níveis medianos de divulgação são “um fator de risco de corrupção ou de cair em práticas indesejáveis, ao não fazer completa a gestão dos funcionários que participam da direção dessas instituições”.

Este trabalho possui como limitações: i) os índices utilizados não são ponderados e não graduados, o que, conforme Gallego *et al.* (2009), pode ser considerado uma simplificação; ii) a coleta de dados foi realizada entre abril e agosto de 2013, o que representa uma *cross-section* e não permite verificar a evolução dos dados ao longo do tempo; iii) apesar de pesquisar o universo das universidades federais (todas), a população é pequena (59 universidades); uma amostra maior poderá trazer resultados mais consistentes; iv) além dos determinantes pesquisados, outros não foram incluídos devido a dificuldades na coleta de dados (financiamento privado, grau de internacionalização e qualidade da gestão).

Por fim, este trabalho deixa como sugestões para futuras pesquisas: i) incluir os determinantes financiamento privado, grau de internacionalização, qualidade da gestão e outros aqui não considerados; ii) ampliar a amostra, incluindo universidades estaduais e municipais, além de universidades privadas, permitindo compará-las entre si; e iii) considerar os efeitos de decisões políticas ou legais na transparência.

Referências

- ANGLUIN, D.; SCAPENS, R.W. (2000). Transparency, Accounting Knowledge and Perceived Fairness in UK Universities Resource Allocation: Results from a Survey of Accounting and Finance. **British Accounting Review**, v. 32, p. 1-42.
- BANKS, W.; FISHER, J.; NELSON, M. (1997). University accountability in England, Wales and Northern Ireland: 1992-1994. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 6 n. 2, p. 211-227.
- BANKS, W.; NELSON, M. (1994). Financial *disclosures* by Ontario universities: 1988-1993, **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 3, p. 2, p. 287-305.
- BAUHR, M.; GRIMES, M.. (2013). Indignation or Resignation: The Implications of Transparency for Societal Accountability. **Governance**.
- CASTELLS, M.. (2001). The Internet Galaxy. Reflections on the Internet, business, and Society. Oxford: **Oxford University Press**.

- CATÓLICO, D. F.. (2012). Revelación y divulgación da información financiera y no financiera das universidades públicas en Colombia. **Rev. Fac. Cienc. Econ.** v. 20, n. 1, p. 57-76, Jun..
- CERF, A.R. (1961). Corporate Reporting and Investment Decisions. **The University of California Press**, Berkeley, CA.
- COTTERRELL, R.. (1999). Transparency, mass media, ideology and community. **Cultural Values**, v. 3, n. 4. p. 414 – 426.
- COY, D., DIXON, K., BUCHANAN, J., TOWER, G.. (1997). Recipients of public sector annual reports: theory and an empirical study compared. **The British Accounting Review.** v. 29, p. 103-127.
- COY, D.; FISCHER, M.; GORDON, T.. (2001). Public Accountability: A New Paradigms for College and University Annual Reports. **Critical Perspective on Accounting**, v. 12, p. 1-31.
- COY, D.; FISCHER, M.; GORDON, T.. (1998). A Public Accountability Approach to US College and University Annual Reporting. **Asia-Pacific Tenth Conference on International Accounting Issues**. Hawaii.
- CURTIN, D.; MEIJER, A.. (2006). Does Transparency Strengthen Legitimacy? A Critical Analysis of European Union Policy Documents. **Information Polity**.
- DIXON, K.; COY, D.; TOWER, G.. (1991). External reporting by New Zealand universities 1985-1989. Improving accountability. **Financial Accountability and Management**, v. 7, p. 159-178.
- DIXON, K.; COY, D.; TOWER, G.. (1993). The annual reports of tertiary education institutions: quality, timeliness, and distribution. **Working paper**, University of Waikato.
- FÁVERO, L. P. L.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L.. (2009). **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 646 p..
- FINEL, B. I.; LORD, K. M.. (1999). The Surprising Logic of Transparency. **International Studies Quarterly**. v. 43, n. 2. Jun., p. 315-339.
- FLORINI, A.. (1999). Does the Invisible Hand Need a Transparent Glove? The politics of transparency. **Annual World Bank conference on Development Economics**, Washington D.C., Carnegie Endowment for International Peace, Abril, p. 28-30.
- GALLEGO, I.; GARCÍA, I.; RODRÍGUEZ, L.. (2009). Universities' *Websites: Disclosure Practices and the Revelation of Financial Information*. **The International Journal of Digital Accounting Research**, v. 9, p. 153-192.
- GERRING, J.; THACKER, S. C.. (2004). Political Institutions and Corruption: The Role of Unitarism and Parliamentarism. **British Journal of Political Science**, v. 34, p. 295-330.
- GORDON, T., FISCHER, M., MALONE, D.; TOWER, G.. (2002). A Comparative Empirical Examination of Extent of Disclosure by Private and Public Colleges and Universities in the United States. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 21, p. 235-275.
- GOULART, A. M. C. (2003). **Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil**. São Paulo. Dissertação (Mestrado) – FEA/USP.
- GRAU, N. C. (2006). La Transparencia en la Gestión Pública ¿Cómo construirle viabilidad?. **Revista Chilena de Administración Pública**, n. 8, p. 22-44.

**Novas Perspectivas
na Pesquisa Contábil**

- GRAY, R; HASLAM, J. (1990). External reporting by UK universities: An exploratory study of accounting change. **Financial Accountability and Management**, v. 6, Spring, p. 51-72.
- HASSAN, O.; MARSTON, C. L.. (2010). **Disclosure Measurement in the Empirical Accounting Literature** - A Review Article. July, v. 15.
- HOLZNER, B.; HOLZNER, L.. (2006). Transparency in Global Change: The Vanguard of the Open Society. **University of Pittsburgh Press**; 1º edição.
- ISLAM, R.. (2006). Does More Transparency Go along with Better Governance?. **Economics & Politics**18. v. 2, p. 121-167. 2006
- LIMA, E. M.. (2009). **Análise comparativa entre o índice disclosure e a importância atribuída por stakeholders a informações consideradas relevantes para fins de divulgação em instituições de ensino superior filantrópicas do Brasil: uma abordagem da teoria da divulgação**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 201 p.
- MARSTON, C.; LEOW, C. Y. (1998). Financial Reporting on the Internet by Leading UK Companies. In EAA CONFERENCE, 21st, 1998, Belgium, **Anais. Belgium: EAA**.
- O 'DONNELL, G.. (1998). Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova [online]**. n. 44, p. 27-54.
- PEREIRA, J. M.. (2004). Reforma do estado, transparência e democracia no Brasil. **Revista académica de economía**. n. 26, junio.
- PLATT NETO, O. A.; CRUZ, F.; VIEIRA, A. L.. (2004). Transparência das contas públicas das universidades: um enfoque no uso da internet como instrumento de publicidade. **Anais Colóquio Internacional sobre Gestão universitária na América do Sul, IV. INPEAU**. Florianópolis.
- PRADO, O. (2004). **Governo eletrônico e transparência: a publicização das contas públicas das capitais brasileiras**. 180 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV. São Paulo.
- RODRIGUEZ-POMEDA, J.; MACHADO, E.. (2006). Voluntary institutional reporting, transparency and comparability. Application on Universities and Higher Education Institutions (HEI). A study in *websites* of Iberian Universities. **Anais 19º Congresso EAA** - Dublin, Mar..
- ROSARIO, A. H.; PÉREZ, M. C. C.. CAÑADAS, M. M. S. (2011). La transparencia da información online: El caso das top 100 universidades del mundo. **Anais do XXVI Congresso AECA**. Granada. 21 de set.
- STIGLITZ, J.. (1999). On Liberty, the Right to Know and Public Discourse: The Role of Transparency in Public Life. In: **The Rebel Within**. Ed. Ha-Joon Chang. London: Anthem.
- STRIEDER, I.. (2004). A transparência democrática. **Filosofia Unisinos**, v. 5, n. 9, jul/dez, p. 167-178.
- VERRECCHIA. (2001). Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, Amsterdam, v. 32, n. 1-3, p. 97-180.
- VISHWANATH, T.; KAUFMANN, D.. (1999). **Towards Transparency in Finance and Governance**. September.
- WHITE, H.. (1980). A heteroskedasticity-consistent covariance matrix estimator and a direct test for heteroskedasticity. **Econometrica**, v. 48, p. 817-838.